

AS MARCAS DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: NEGOCIAÇÕES E TENSÕES EM TORNO DA DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREAS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS- PB

Maria de Fátima Oliveira de Sousa (1); Christiane Fernandes dos Santos (2); Cimone Rozendo (3); Paulo César Diniz (4)

- (1) *Universidade Federal do Rio Grande Norte (UFRN), Natal, RN, Brasil, fatima@globomail.com*
(2) *Universidade Federal do Rio Grande Norte (UFRN), Natal, RN, Brasil, chrisfernandes@ufersa.edu.br*
(3) *Universidade Federal do Rio Grande Norte (UFRN), Natal, RN, Brasil, cimone.rozendo@gmail.com*
(4) *Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Sumé, PB, Brasil, p.diniz@uol.com.br*

Resumo: O Projeto de Integração do Rio São Francisco constitui a maior obra de infraestrutura hídrica do Brasil no âmbito da Política Pública Nacional de Recursos Hídricos. Seu objetivo é garantir a oferta de água para 12 milhões de pessoas em 390 municípios do nordeste setentrional (Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte) parte do semiárido brasileiro que frequentemente sofre com longos períodos de seca. Embora tenha sido pensado como uma alternativa à escassez hídrica, sua implementação também suscitou inúmeros questionamentos e conflitos. Ao longo dos seus 477 quilômetros de extensão, a transposição produziu diferentes marcas, redefinindo territórios, identidades, símbolos e relações sociais. Interessa-nos, nesse artigo, tratar das dinâmicas geradas pelo início das obras no Eixo Norte, em especial às resultantes dos processos de negociação das desapropriações das áreas por onde passariam as obras. Nessa perspectiva, procuramos identificar os atores envolvidos, identificar e analisar as relações de tensão e interação entre os atingidos pelo projeto e as entidades que intermediaram as negociações no município de São José de Piranhas, na Paraíba. A escolha do campo de observação justifica-se pelas sucessivas histórias de deslocamento de comunidades e populações nessa região. Em 1932 a sede do município, bem como grande parte de sua extensão territorial, foi inundada dando lugar a construção do açude Engenheiro Ávidos, responsável pela captação de água que abastece diferentes cidades da região. Com a transposição, a localidade teve proporcionalmente o maior percentual de áreas desapropriadas de todo percurso da obra para a construção de túneis, reservatórios, canais e Vilas Produtivas Rurais (VPRs). Essas duas obras provocaram mudanças profundas nas configurações políticas, sociais e ambientais da região conformando um contexto relevante de pesquisa. As análises têm como aporte teórico metodológico os conceitos de desterritorialização e reterritorialização propostos por Little(2002) e Haesbaert (2004). Para este artigo foi realizada pesquisa documental, 3 entrevistas com membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) bem como entrevistas com 2 grupos focais de moradores das Vilas Produtivas de Cacaré e Irapuá I. Foram coletadas informações sobre o acesso a água, as dinâmicas sociais engendradas com a saída das antigas propriedades e o deslocamento para outros espaços. O objetivo do estudo foi trazer os olhares dos residentes de diversas comunidades diretamente impactadas pela transposição bem como das narrativas de alguns membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas, entidade que participou ativamente de todas as etapas dessas mudanças. Os relatos evidenciam histórias de angústias e incertezas com a saída compulsória das terras de origem e a necessidade de se estabelecer em outros lugares. Nesse processo de reassentamento estiveram mais de 700 pessoas cujas vidas foram completamente modificadas. Para alguns, os que foram

(83) 3322.3222

contato@conadis.com.br

www.conadis.com.br

para as VPRs, por exemplo, o deslocamento significou a possibilidade de ter acesso à terra, uma vez que eram apenas moradores de antigas fazendas. Para outros, significou acesso às melhores condições de moradia, infraestrutura. Há inclusive aqueles que conseguiram se capitalizar a partir do valor recebido mensalmente como compensação por não poderem produzir nas terras. Já outros grupos associam a obra à perda de identidade e da memória local. As narrativas também apontam o quanto as mobilizações coletivas foram cruciais na luta por reconhecimento e para garantir direitos durante os processos indenizatórios. Novas relações de cooperação foram estabelecidas entre os atingidos e entre eles e as entidades como STR, Ministério da Integração, assim como novas formas de disputa e enfrentamento. É o enredo desse processo que essa proposta de artigo quer tratar.

Palavras-chave: Transposição do Rio São Francisco; desterritorialização; grandes projetos hídricos.

INTRODUÇÃO

A água é um elemento vital. A proximidade ou distanciamento desse recurso sempre influenciou os processos de povoamento e o desenvolvimento de atividades econômicas. Além disso, diversas relações sociais de poder e/ou dependência são estabelecidas em torno da posse, do acesso e da distribuição da água. Em regiões marcadas por longos períodos de estiagem, como o semiárido nordestino, a água, ou mais precisamente a sua falta, sempre pontuaram a história e a geografia da região.

Embora o sertanejo desenvolva cotidianamente o exercício de resistência aos períodos de seca impiedosa, o enfrentamento aos problemas causados pela estiagem também exige estratégias e políticas governamentais que possam atenuar a falta de água. O represamento de rios, a formação de lagos artificiais e canais para transporte de água são algumas das alternativas utilizadas para “resolver” os problemas gerados pela escassez hídrica. No entanto a execução dessas obras gera reestruturações territoriais que trazem consigo muitas questões ambientais, sociais e econômicas. A necessidade de deslocar famílias, comunidades e até cidades inteiras para dar lugar a estas obras são exemplos disso.

Especificamente a região que compreende o município de São José de Piranhas tem sua história pontuada por deslocamentos de comunidades e populações em função da água. Em 1932 a vila de São José de Piranhas teve sua sede transferida para o lugar chamado de Jatobá¹, a mudança ocorreu em virtude da construção do açude Engenheiro Ávidos, reservatório

¹ O nome Jatobá permaneceu até 14 de novembro de 1952 quando um projeto de lei apresentado pelo Deputado Estadual Humberto Lucena restaurou o antigo nome de São Jose de Piranhas, Ferreira (2011).

planejado para promover os trabalhos de irrigação, trazer desenvolvimento e abastecer as cidades de Sousa e Cajazeiras (FERREIRA, 2011).

Recentemente, o município teve sua história marcada por outra obra concebida para resolver o problema da água e trazer “desenvolvimento” para o sertão, a Integração do Rio São Francisco. O Eixo Norte desse projeto trouxe inúmeras transformações para São José de Piranhas, pois uma vasta extensão territorial rural foi desapropriada para construção de túneis, reservatórios, canais e Vilas Produtivas Rurais. Proporcionalmente o município de São José de Piranhas teve o maior percentual de desapropriação territorial de todo o percurso da obra de transposição, mais de 5.200 hectares, 7,76 % de área rural piranhense. Foram aproximadamente 295 propriedades afetadas, gerando com isso mais de 700 pessoas deslocadas.

O objetivo deste artigo é compreender as dinâmicas resultantes dos processos de negociação e desapropriação das áreas por onde passaram as obras. Através das narrativas de alguns dos expropriados, registramos como esses atores sociais lidaram com o deslocamento compulsório e como se estabeleceram em outras localidades, principalmente nas Vilas Produtivas Rurais. Consideramos importante também a análise dos depoimentos de alguns membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas (STR), entidade que defendeu ativamente os interesses dos trabalhadores e participou de todas as etapas de negociação e desapropriação.

A coleta de informações teve início com um levantamento de dados junto aos documentos técnicos que subsidiaram o projeto de transposição, como o EIA/RIMA (Estudo de Impactos Ambientais e Relatório de Impactos Ambientais do Projeto de Integração do Rio São Francisco com o Nordeste Setentrional) e o PBHSF (Projeto de gerenciamento Integrado das atividades desenvolvidas em terra na bacia do São Francisco). Posteriormente realizou-se uma pesquisa de campo onde as informações foram captadas por meio de entrevistas abertas, semiestruturadas e com grupos focais.

Toda proposta de percepção da realidade (metodologia) está sempre a reboque de uma teoria na qual se definem os contornos que julgamos ser os mais relevantes. Partindo desse princípio recorreremos aos conceitos de espaço, território, desterritorialização e reterritorialização tendo como referências Santos (2007), Little (2002) e Haesbaert (2004).

A água como marca da ocupação e formação do território

Segundo Little (2002) o território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social, isso significa que qualquer território é um produto histórico de processos

sociais e políticos. Por esta razão, a análise do território de qualquer grupo requer uma abordagem histórica que trate do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi definido e/ou reafirmado (LITTLE, 2002, p. 03).

Seguindo esse conceito, buscamos na contextualização histórica do território aqui estudado informações que subsidiaram o entendimento das relações socioespaciais ali alojadas. Desde o princípio foi nítida a influência da água na formação dessa região, pois no desafio de adaptar-se a aridez do sertão, a ocupação das terras seguia estrategicamente o traçado dos rios e riachos. Não por acaso, diversas localidades do município de São José de Piranhas têm seus nomes em função dos mananciais que nortearam o estabelecimento das primeiras moradias. Foi assim que surgiram os sítios : Lagoa, Riacho da Boa Vista, Poço de Antas, Irapuá, Cacaré, Água Fria, entre tantos outros.

O povoamento da região que compreendia o Cacaré é um exemplo de como se deu a ocupação desse território. Ainda no início do século XIX, as famílias Gonçalves, Pereira e Dias adquiriram terras oriundas das antigas sesmarias. Embora naquela época não se utilizasse o termo agricultura familiar, é sabido que as atividades agrícolas eram divididas e desenvolvidas pelos integrantes de cada família. A criação do gado de forma extensiva, aliada às lavouras de arroz, milho e feijão foram a base da produção econômica. O pesquisador, geógrafo e morador da região, Claudio Gonçalves, descreve como foram sendo construídas essas relações de trabalho:

Com o crescimento das famílias e a questão da concentração fundiária, outras pessoas foram chegando e passaram a ser moradores daqueles que já estavam estabelecidas e que tinham a posse da terra. Se trabalhava muito no sistema de meeiro, ou seja, o trabalhador se estabelecia na região, morava na terra do patrão, trabalhava desenvolvendo as práticas agrícolas e no final da colheita, parte da produção era dada ao dono da propriedade como pagamento pelo uso da terra² (Claudio Gonçalves)

Assim, aos poucos, o território foi constituído tendo como principal característica as propriedades compostas pelo dono da terra, seus filhos e os moradores agregados. Nesse meio, a alternância dos períodos de inverno abundante e seca ostensiva exigia estratégias de retenção e captação de água, tais estratégias se desenhavam de acordo com as condições financeiras de cada um.

Nem todas as propriedades tinham açude grande. Na maioria a água era de cacimbão, cacimba ou olhos d'água como a gente chama por aqui. Só que dependendo da seca, se fosse muito grande, aí a gente

² Entrevista concedida durante a pesquisa de campo

dependia de ajuda dos vizinhos que tinha mais água...Era normal andar dois, três, quatro, quilômetros ou até mais pra chegar num açude ou numa barragem que desse pra lavar roupa.(M. de S., antiga moradora do sítio Morros e atualmente moradora da Vila Produtiva Rural Cacaré II).

Podemos entender que a formação e uso desse espaço territorial tem o tecido social costurado pelas relações de parentesco, amizade e solidariedade sempre marcadas pela água, ou pela falta desta.

A água sempre foi um problema, mas por aqui ninguém nunca morreu de sede, sempre se ajudou uns aos outros...fácil não era não, mas sempre se dava um jeito (S. F., ex-morador do sítio Riacho de Boa Vista e atualmente morador da Vila Produtiva Rural Cacaré II).

Observando a história dessas localidades e as narrativas dos habitantes entendemos a formação desses espaços como sendo um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Baseando-se na teoria de Haesbaert (2004) inferimos que por ser socialmente produzido, o espaço é a uma matéria-prima para os processos de territorialização já que antecede a construção do território através de uma tríplice constituição (espaço concebido, percebido e vivido) (Haesbaert, (2004, p.21, apud Lefebvre, 1986). Ou seja, o espaço territorial é, portanto, um elemento do cotidiano compartilhado, segundo Santos (2001):

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem, o território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da resistência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois logo, entender que se está falando em território usado utilizado por uma dada população (SANTOS, 2001, p. 96).

Seguindo esse raciocínio, Haesbaert (2001) afirma que o território adquire ainda mais força ao combinar funcionalidade e identidade na mesma intensidade. A partir desse conceito podemos deduzir que o exercício de resistência e resiliência aos intemperes do semiárido configuram-se como uma das marcas identitárias das populações residentes em diversas comunidades rurais do município de São José de Piranhas.

Eu nunca vou esquecer o Riacho da Boa Vista, o meu lugar. A vida não era fácil, principalmente nos tempos de seca, quem vive só da agricultura quando não tem inverno é difícil. A gente tinha que ir pro corte de cana em São Paulo, era o jeito, seis meses aqui, sete meses lá (no corte de cana). Mas não existe nada igual ao canto que a pessoa cresceu e se criou (D.F., ex-morador do Riacho de Boa Vista, atualmente morador da VPR Irapuá I) .

A afinidade com o lugar, os vínculos de amizade, parentesco e compadrio foram construídos ao longo de anos de convivência, por diversas gerações. A vizinhança se integrava para celebrar as festividades religiosas, aniversários, batizados e casamento; também se uniam nas horas difíceis como nas doenças e na morte dos entes queridos. A partir de 2002, o anúncio das obras de transposição do Rio São Francisco interrompeu esse convívio, em função da água uma nova história de deslocamento começou a ser escrita.

A chegada da Transposição em São José de Piranhas: incertezas, mudanças e conflitos

O conhecimento sobre o projeto de Transposição do Rio São Francisco em São José de Piranhas não aconteceu de forma generalizada, especulações a respeito da real conjuntura da obra provocou inicialmente dúvidas e insegurança aos moradores:

Primeiro foram uns aviões passando bem baixinho, era de dia e de noite, passavam quase raspando nas telhas das casas. Era um negócio meio esquisito, cada um que achasse que era uma coisa né. Depois foi uns homens pegando uns pouco de terra pra analisar. Uma hora diziam que era porque as terras tinham minério, outra diziam que era porque o projeto do São Francisco vinha pra cá e tudo ia ser coberto d'água (D. M. S. ex-morador do sítio Riacho de Boa Vista).

Ninguém sabia de nada, só sabia que era os homens do Governo que 'tavam' indo nas terras. Uns diziam que era a transposição do Rio São Francisco, mas desde que eu era menina (hoje já tô nessa idade) que ouvia minha avó falar dessa História. Não acreditava que fosse isso não!!!! (F. S. ex-moradora do sítio Cacaré).

Inicialmente a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município foi procurar esclarecer as dúvidas trazidas por muitas pessoas:

De repente, começamos a ouvir a mesma história de muitas pessoas: 'Olhe tem gente medindo as terras, tão dizendo que é uma obra que o governo vai fazer', outros diziam 'tão dizendo que a gente vai ficar sem as terras 'começamos a ficar preocupados e fomos investigar pra saber o que era (G.M., Represente do STR)

Na tentativa de entender o que de fato estava acontecendo, representantes do sindicato investigaram as informações e chegaram até "os tais homens que mediam as terras", eram geólogos contratados pelo ministério da integração. Foi então que se soube dos detalhes do Projeto de Transposição.

Quando abriram um mapa gigante e nos explicaram, quase caio pra traz, diante dos meus olhos estava uma transformação, uma revolução no nosso município!!!!...mas como é que poderíamos explicar aquilo para o povo? Inicialmente disseram que só o pessoal do Ministério da Integração poderia fazer isso, mas era praticamente impossível vir alguém lá de Brasília. Mesmo sendo difícil tentamos, e conseguimos, pouco depois de uns 30 dias tínhamos a representante do ministério aqui. Marcamos uma reunião nas comunidades e Ela (a representante do

Relatos demonstram que a partir do momento em que todos se conscientizaram da magnitude dos fatos, houve uma mistura de euforia e desespero. Sabendo que seriam indenizados os grandes proprietários agilizaram a documentação requisitada para o processo de desapropriação. Mas, para os pequenos proprietários, e principalmente, para os que não possuíam terras instaurou-se um clima de insegurança.

A pessoa não possuía nada na vida, morava nas terras dos outros em troca só do trabalho e agora? Ia pra onde, fazer o que? Foi aí que a gente viu que nossa vida era ruim, mas podia ficar pior...(M.S. antigo morador da comunidade de Antas).

Com o passar do tempo, a busca de informações e algumas mobilizações, percebeu-se que tanto os pequenos proprietários como os moradores também seriam beneficiados. Era um processo mais complexo e demorado, mas apesar de tudo, haviam possibilidades bem positivas.

Uma das questões mais complicadas foi a falta de documentação e o conflito de interesses nas terras que eram objeto de herança. Era preciso assessoria jurídica para dar conta das mais diversas peculiaridades. Diante dessa necessidade o Sindicato dos Trabalhadores Rurais se mobilizou para solucionar a questão.

Percebemos que havia um grande número de agricultores com dificuldade de regularizar a situação da terra. Recorremos ao Ministério da Integração solicitando uma força tarefa de defensores públicos que pudessem organizar conosco todos os documentos e processos. Fomos atendidos, deu muito trabalho, todos os funcionários do sindicato se envolveram para dar conta da demanda. Mas foi extremamente gratificante poder contribuir nesse empasse (G.M., Representante do STR)

Muita coisa de ajeitou porque tivemos a força e a ajuda do Sindicato, os grandes nunca precisaram de ajuda, mas nós pequenos, se não fosse a ajuda do sindicato, não sei se a agente tinha conseguido se organizar não (A. C., ex-moradora do sítio Riacho de Boa Vista e atualmente moradora da VPR Irapuá I)

A desterritorialização e os movimentos migratórios

As desapropriações e indenizações engendraram diversas dinâmicas econômicas e sociais. A saída das terras provocou movimentos migratórios aos mais diversos distintos. Esse movimento demográfico em função dos processos de indenizações fundiárias pode caracterizar-se como um movimento de desterritorialização ocasionada por deslocamentos diretos e forçados, (LITTLE, 2002).

Ao relatar como aconteceu esse deslocamento e quais foram as construções sociais geradas nessa migração e na adaptação aos novos espaços, alguns moradores apontaram o medo

de sair da terra, do lugar de origem. O temor consistia em deixar pra trás as marcas de uma vida, a própria história familiar e os laços afetivos:

Muitas pessoas principalmente os mais idosos tiveram dificuldade para lidar com a saída do seu lugar. Houve inclusive aqueles que não se conformaram, vários casos de depressão e até suicídio. De fato é uma questão muito complicada. Minha mãe morreu aos 98 anos inconformada por ter que vender suas terras para o governo. Para nós, seus filhos a indenização foi boa, mas para ela a questão era o significado da terra, a história dela e da família era aquele lugar (G.de S., atualmente mora em São José de Piranhas)

Um dado importante é que a saída das famílias de cada comunidade aconteceu aos poucos, de acordo com as tramitações burocráticas e o avanço da obra. Essa é considerada por muitos a etapa mais difícil em virtude da instabilidade, pois precisaram encontrar uma moradia temporária para depois mudar para o destino definitivo.

O negócio foi demorado, era pra ter construído as vilas, onde todo mundo ia ficar, pra depois começar a obra, mas começou pela obra. Foram quase 08 anos, da saída dos lugares de cada um até todo mundo estar nas vilas. Alguns foram pra cidade, outros procuraram outros sítios pra ficar enquanto as vilas não eram entregues. Acho que essa foi uma das fases mais complicadas (D. S., atual presidente do Sindicato)

Após a regularização da documentação, medição e avaliação dos imóveis, era dada entrada nos processos indenizatórios. As famílias que tinham indenização igual ou inferior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) podiam optar em receber o valor integralmente ou receber uma casa em um lote de 7 hectares nas Vilas Produtivas Rurais. Os demais casos indenizatórios, ou seja, quem tinha valores acima de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) recebiam o valor integral e assim se estabelecer onde lhes fosse mais conveniente. Para abrigar as famílias que se encaixaram e optaram pela primeira opção, foram construídas as VPRs: Irapuá I, Irapuá II, Cacaré e Quixeramobim. Aproximadamente 200 famílias (cerca de 700 pessoas) foram alocadas nas respectivas VPRs.

Tabela 01

Vilas Produtivas Rurais (VPRs) Instaladas em São José de Piranhas - PB

VILAS PRODUTIVA RURAIS	Nº DE CASAS	POPULAÇÃO
IRAPUÁ I	27	103
IRAPUÁ II	19	47
QUIXARAMOBIM	46	158
CACARÉ I	41	133

(83) 3322.3222

contato@conadis.com.br

www.conadis.com.br

CACARÉ II	68	245
TOTAL	201	686

Fonte: censo realizado pelo STR (2017). Tabela elaborada pelos autores

A transição ocorrida entre a saída das terras de origem, a moradia provisória e a chegada definitiva às VPRs inviabilizou completamente a produção agrícola. Houve então mobilizações reivindicando ao Ministério da Integração uma maneira de compensar a falta de renda ocasionada pela interrupção da produção. A solução encontrada foi a Verba de Manutenção Temporária³ (VMT), um valor mensal concedido a cada família.

Para muitos desapropriados a chegada na Vila representou uma mudança de vida positiva, a possibilidade de autonomia por “não depender” mais de um patrão e o acesso à água são alguns desses aspectos destacados pelos moradores.

Fomos desapropriados, saímos do nosso canto que era as Antas e fomos morar na rua (em São José de Piranhas), demorou seis anos pra gente vir aqui pra Vila. Recebemos a indenização pela casa que a gente morava (foi construída por nós), porque a terra era do tio do meu marido, a gente era só morador. O dinheiro que a gente recebe todo mês deu pra organizar muita coisa. As vezes a pessoa lembra das coisas como eram lá nas Antas, mas hoje nossa vida tá melhor. Também tem uma coisa, aqui na Vila tem uns vizinhos e gente da minha família morando tudo perto (A.de S., ex-moradora do sítio Antas e atualmente moradora da VPR Irapuá I)

Não tô reclamando não, mas a água também era de favor...O dono da terra era o dono dos açudes, do cacimbão e das cacimbas. Por causa disso a gente também pensava duas vezes em sair de lá. Numa seca grande, a pessoa vai pra onde? Era melhor ser morador que a pessoa tinha garantido ao menos a água né? (J.P.S, ex-morador do sítio Riacho de Boa Vista)

Na composição de cada Vila foram estabelecidos alguns critérios como forma de tentar preservar alguns laços e costumes. Embora a determinação dos lotes de cada família tenha sido por sorteio, o local de origem e o grau de parentesco foram considerados prioridade .

Após a chegada às VPRs as pessoas se depararam com uma questão com a qual não imaginavam mais precisar se preocupar: o abastecimento de água. O sistema de adutora instalado era ineficiente, foi preciso articular mobilizações coletivas para encontrar soluções que fossem viáveis às necessidades de consumo doméstico.

³ A verba de manutenção provisória vem diminuindo gradativamente desde que os trabalhadores chegaram às Vilas. As informações do Ministério da Integração indicam que a VMT será suspensa a partir do momento que houver o pronto reestabelecimento da produção agrícola, ainda sem previsão de início. (83) 3322.3222

Considerações Finais

O município de São José de Piranhas, assim como muitas localidades do sertão nordestino, teve sua história marcada por grandes obras hídricas que representaram estratégias para atenuar os problemas causados por longos períodos de seca. Recentemente a construção de um dos trechos da Obra de Transposição do Rio São Francisco suscitou mudanças na configuração ambiental, social e econômica da região.

Apresentamos aqui algumas narrativas ilustrando que ao longo do processo aconteceram diversos momentos de insegurança, tensão e conflito. A instabilidade ocasionada pelo deslocamento das comunidades, a saída das famílias dos seus locais de origem e o rompimento de vínculos afetivos configuram-se como algumas das maiores dificuldades enfrentadas.

Entre as novas dinâmicas sociais proporcionadas pelo contexto da desterritorialização está a conquista da terra por parte daqueles que anteriormente estavam na condição de moradores ou meeiros. Diante dessa nova condição há quem considere a reterritorialização como “uma reforma agrária forçada”.

REFERÊNCIAS

BRASIL; MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (MI). **Estudo de Impacto Ambiental do Projeto de Integração do Rio São Francisco com o Nordeste Setentrional**. Brasília: MI, 2004^a

FERREIRA, Messias de Lima. **São José de Piranhas: um pouco de sua história**. 2^a ed. (ampliada). Editora Real, Cajazeiras Pb. 2011.

_____. São José de Piranhas, Datas e Notas. 1^a ed. Editora Real, Cajazeiras Pb. 2017.

GONÇALVES, Cláudio Dias Barbosa; SOUSA, Cidoval Morais. **Os impactos socioambientais sobre populações locais: uma análise das consequências do projeto de integração do Rio São Francisco em São José de Piranhas-PB**. VII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, UNISC (Universidade de Santa Cruz do Sul), Santa Cruz do Sul RS, 09 a 11 de setembro 2015.

HAESBAERT, Rogério. **Território e Multiterritorialidade: Um debate**. Revista **GEOgrafia** - Ano IX nº 17 – 2007 - <http://periodicos.uff.br/geographia/index>
Acesso em 25.10.2018.

_____. **O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade.** Revista Formadores: Vivências e Estudos, Cachoeira BA, V. 07, nº01, p.74-77, 2014 - <http://periodicos.uff.br/geographia/index> Acesso em 25.10.2018

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade.** Caderno Instituto socioambiental, Serie antropologia 322, categoria documentos, 32 p. , código 05D00013, 2002.
<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/territorios-sociais-e-povos-tradicionais-no-brasil-por-uma-antropologia-da> acesso em 03.03.2018

_____. **Espaço memória e migração. Por uma teoria da territorialização.** Revista T.E.X.T.O.S DE H.I.S.T.O.R.I.A , v.02, nº04, 1994.
<http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/5757> acesso 04.05.2018

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica, e Tempo, Razão e emoção.** 4. ed .5. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.